

1 **Ata da 8º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos**
2 **dos Agrotóxicos e II Encontro Estadual do Fórum**

3
4 Aos dezesseis dias do mês de março de 2018, às 14h30min, na sede do Ministério
5 Público Federal – MPF, em Palmas no Tocantins, o Procurador da República e
6 coordenador adjunto do Fórum, Dr. Álvaro Manzano, deu início à oitava Reunião
7 Ordinária do Fórum com as boas vindas aos presentes. Lista de presença no anexo
8 I. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1- aprovação da Ata da 7ª Reunião
9 Ordinária do Fórum; 2- informes da Coordenação; 3- informes sobre a Rede
10 Analítica e de Pesquisas em Produtos Químicos Agrícolas (PQA). 4- eleição da
11 coordenação do Fórum, conforme Regimento Interno; 5- breve relato das ações
12 executadas do Plano de Trabalho 2016/2017; 6- apresentação do Plano de
13 Trabalho 2018/2019; 7- aprovação do calendário de reuniões 2018/2019; 8- palavra
14 livre e encerramento. Colocada em apreciação, a Ata da 7ª Reunião Ordinária foi
15 aprovada à unanimidade pelo plenário. No segundo item de pauta, Informes da
16 Coordenação, foi esclarecido que o II Encontro Estadual do Fórum está sendo
17 realizado em conjunto com a 8ª Reunião Ordinária porque o Fórum completa dois
18 anos de criação este mês e a nova coordenação deve ser escolhida de acordo com
19 o Art. 8º § 2º do Regimento Interno: “A escolha do Coordenador e dos Adjuntos será
20 efetivada no Encontro Anual.” Foi informado que o III Encontro Estadual do Fórum
21 será realizado em junho de 2018 e que em momento oportuno serão realizadas
22 reuniões com a comissão responsável pela realização do III Encontro para a
23 definição da data e conteúdo do evento. A secretaria do Fórum informou também
24 que o Laboratório de Pesquisa em química Ambiental e de Biocombustíveis –
25 LAPEQ da UFT recebeu repasse de recursos financeiros de R\$232.994,64
26 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro Reais e sessenta e
27 quatro centavos) do MPTO (R\$26.764,40 – vinte e seis mil e setecentos e sessenta
28 e quatro reais e quarenta centavos) e do Ministério Público do Trabalho
29 (R\$232.994,64 – duzentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e quatro Reais
30 e sessenta e quatro centavos) para preparar o laboratório para a análise da
31 presença de agrotóxicos em diferentes meios. Foi informado também que o Fórum
32 recebeu os dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em
33 Alimentos -PARA e que o mesmo está à disposição dos interessados. No terceiro
34 ponto de pauta, foi esclarecido que está em articulação a criação da Rede Analítica
35 e de Pesquisas em Produtos Químicos Agrícolas (PQA), o objetivo da Rede PQA é
36 criar condições de análise e pesquisa necessárias para investigar o impacto do uso
37 de agrotóxicos na saúde de trabalhadores, nos alimentos e no meio ambiente, por
38 meio da avaliação do nível de contaminação nas águas, nos sedimentos de rios,
39 peixes, alimentos naturais ou processados, nos trabalhadores, e outras matrizes
40 humanas e ambientais, avaliando os diversos fatores ocupacionais, físicos,
41 ecológicos e antrópicos que podem estar influenciando os níveis de contaminação.
42 A Rede será criada por termo de cooperação a ser firmado entre a Secretaria da
43 Saúde do Tocantins (SES/TO); a Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região;
44 a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Núcleo de Estudos
45 Ambientais e Saúde do Trabalhador/ Instituto de Saúde Coletiva da Universidade
46 Federal do Mato Grosso (Neast/Iscc/UFMT), com a proposta de o Fórum atuar como
47 coordenação executiva. Diante da explicação, foi submetido à Plenária a anuência
48 para que o Fórum participe da Rede PQA e assuma a coordenação executiva, o
49 que foi aprovado por unanimidade. Com relação ao 4º item de pauta, foi
50 reconduzido ao posto de Coordenador do Fórum, para o biênio 2018 e 2019, o
51 procurador de justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, José Maria da
52 Silva Júnior, sendo eleito para coordenares adjuntos, o procurador da república,

53 Álvaro Lotufo Manzano, e a representante da secretaria da Saúde do Tocantins,
54 Gisele Akemi Carneiro. O item 5 da pauta foi discutido e apresentado pelos
55 relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3. Em ato contínuo, o representante da
56 Adapec, relator da Comissão 1, pediu suporte para solucionar o problema de
57 abandono de agrotóxicos contrabandeados na faixa de domínio da rodovia BR 153,
58 nas proximidades de Gurupi, sem a identificação do proprietário. Em caso similar,
59 em que o proprietário do agrotóxico é identificado, a responsabilidade é dele para a
60 eliminação adequada do produto. No caso, a Adapec não tem condições de assumir
61 o ônus para a eliminação do produto. O caso foi remetido, segundo informações da
62 Secretaria Executiva do Fórum, para a promotoria de justiça de Gurupi para as
63 providências cabíveis e a Adapec informou que continuará a fazer gestão junto ao
64 Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev) para conseguir
65 a eliminação dos produtos apreendidos de forma segura, mesmo não sendo
66 obrigação do Inpev. Após esses esclarecimentos o representante da Adapec
67 informou que não poderá mais ser o relator da Comissão 1. Como outros
68 integrantes das demais Comissões pediram a inclusão e mesmo a exclusão de
69 instituições participantes, ficou acordado, então, que como houve a escolha do
70 Coordenador e Coordenadores Adjuntos do Fórum neste II Encontro Estadual será
71 necessário nava escolha dos membros das Comissões 1,2 e 3 na próxima reunião
72 do Fórum. No item 6 da pauta, os relatores das Comissões apresentaram novo
73 plano de trabalho para o biênio 2018 e 2019 (PT 2018/2019), que foi aprovado por
74 unanimidade. O PT 2018/2019 será sistematizado e publicado no site do Fórum. O
75 item 7 da pauta foi aprovado com as seguintes datas de reuniões: 9ª reunião
76 ordinária (RO) dia 13/06/2018; 10ª RO 12/09/2018; 11ª RO dia 21/11/2018; 12ª RO,
77 dia 13/03/2019; 13ª RO dia 12/06/2019; 14ª RO dia 11/09/2019; 15ª RO dia
78 13/11/2019 e 16ª RO e IV Encontro Estadual do Fórum dia 17/03/2020. No 8ª item
79 de Pauta, palavra livre, o Procurador da República, Álvaro Manzano, esclareceu
80 que a participação no Fórum é voluntária, mas a atuação das instituições no que se
81 refere aos impactos dos agrotóxicos não é. Nesse sentido, caso um determinado
82 órgão ou instituição deixe de cumprir suas obrigações é passível de cobrança. Em
83 seguida, representantes da sociedade civil organizada pediram a palavra e
84 apresentaram preocupação com “o plantio de soja, e conseqüente uso de
85 agrotóxicos, na fazenda Manain, em área que abriga oito nascentes de afluentes do
86 Rio Taquaruçu que abastece Palmas, com contaminação da água consumida pela
87 população.” Explicaram que fizeram a reclamação do caso ao Promotor de Justiça
88 do MPTO, Pedro Geraldo, e não obtiveram respaldo para o pedido de embargar a
89 produção na fazenda. O caso foi, então, levado ao Judiciário e o juiz deferiu o
90 pedido das organizações sociais. Pediram, então, que o Fórum emitisse uma
91 recomendação ao promotor de justiça, Dr. Pedro Geraldo, para que seja mais
92 diligente em relação ao caso, mesmo porque o mesmo MPTO que é coordenador
93 do Fórum é o mesmo que não deu respaldo à solicitação da comunidade. O
94 Procurador da República, Álvaro Manzano, explicou que o Fórum não tem
95 competência para recomendar a um promotor de justiça que atue, mas se
96 prontificou a enviar a demanda da sociedade ao referido promotor alertando sobre
97 os possíveis impactos aos moradores de Palmas. Nada mais havendo a ser tratado,
98 a 8ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 18h, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha
99 dos Santos, analista ministerial especializada do Ministério Público do Estado,
100 redigida e assinada.